

# TRABALHO E RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS MATAS E NOS CAMPOS DA SERRA GERAL (1847 – 1866)<sup>1</sup>

## *WORK AND SLAVE RESISTANCE IN FORESTS AND FIELDS OF SERRA GERAL (1847 – 1866)*

Renata Saldanha Oliveira<sup>2</sup>

Janaina Souza Teixeira<sup>3</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é discutir a escravidão na Região Central do Rio Grande do Sul, na metade do século XIX, especificamente, entre 1847 e 1866. Para este estudo, consideraremos os aspectos econômicos e sociais dessa sociedade. Utilizaremos como fontes inventários *post-mortem*, processos crimes e cíveis e ainda a análise e interpretação das diferentes abordagens sobre o tema encontradas em referências bibliográficas, que embasaram este estudo, o qual se insere no campo da História Regional, fazendo uso, para isso, do conceito de espaço cunhado pela geografia crítica. A postura metodológica adotada foi a análise qualitativa dos dados coletados. Estudos recentes sobre a escravidão, no Rio Grande do Sul, têm focado aspectos sociais e econômicos tanto no meio urbano como no meio rural, desmistificando a idéia de que a escravidão no Estado, afóra o contexto charqueador, fora pequena e as formas de resistência amenas. Portanto, o trabalho que realizamos vêm colaborar com esses novos estudos, pois por meio dos dados que obtivemos, ficou demonstrado que o trabalho escravo esteve presente nas propriedades dos luso-brasileiros que habitavam a Região Central do Rio Grande do Sul e que os escravos demonstraram várias formas de resistência.

**Palavras-chave:** História regional, escravismo, trabalho, resistência; Rincão da Cadeia.

### ABSTRACT

This work aims to discuss about the slave work in the central region of Rio Grande do Sul in a second half. of XIX century. I intend to analyze mainly the period from 1847 to 1866, my objective is to focus on the resistance against slavery/ slave work. So, in order to accomplish this study I am going to consider economic and social aspects of that society. The main sources used were the government records as lands properties, families assistance

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação – UNIFRA.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História – UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientadora - UNIFRA.

and heirs inventory. This research inserts itself on the regional history area, making use of the concept of space based on critical geography. Methodology used is related to the qualitative analysis of data collected. Recent studies about Slavery in Rio Grande do Sul is focused on economic and social aspects as well as in urban and rural territories. It breaks the myth that slaves did not fight against the slavery, or, at least, that the Negro resistance against slavery was so few. These project work, using a data analysis, has shown that the Negro were used as slave in the Central Region and offered a very important Resistance.

**Keywords:** Regional History, slavery, work, resistance, Rincão da Cadeia

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o objetivo é conhecer e compreender a escravidão, na Região Central do Rio Grande do Sul, na metade do século XIX, especificamente entre 1847 e 1866, a partir dos atos de resistência praticados pelos cativos da região em estudo. O objeto deste estudo pode ser melhor definido pela identificação das fontes documentais analisadas, como os inventários *post-mortem* e os processos crimes. A análise desses documentos possibilitou-nos refletir sobre a relação dos grupos humanos que habitavam esta região. A postura metodológica adotada foi a análise qualitativa dos dados coletados, pois buscaremos analisar as relações existentes entre os agentes históricos que permearam este espaço num processo de transformação, no que tange, especificamente à resistência escrava. Nosso objeto não se constitui no reconhecimento do escravismo nesta área, pois para isso, contaremos com pesquisas já realizadas acerca desse tema. Dedicaremos nossa análise ao intuito de entender a reação da população escrava à condição a que estava submetida.

O limite temporal adotado no trabalho foi entre os anos de 1847 e 1866 devido à identificação parcial das formas de resistência encontradas nos processos crimes e cíveis referentes à região em estudo, no entanto, podem ter ocorrido outras formas de resistências em período anterior ao mencionado as quais não tivemos a oportunidade de apurar em nossa investigação. Assim, mencionamos que não são limites rígidos e que, em alguns pontos, este recorte temporal poderá ser ultrapassado para uma melhor compreensão da realidade vivida pelos atores históricos que permeiam este estudo.

Utilizaremos como referencial teórico, a obra de Thompson, *Costumes em Comum*, na qual, ele utiliza um novo enfoque acerca dos motins ingleses do século XVIII e ainda dá uma nova concepção sobre o costume deste povo, vinculado aos movimentos sociais por meio de uma ação coletiva. Buscando a construção de uma análise sobre a ação humana e a complexidade das

relações socioculturais no estudo da história, essa obra é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, pois por meio dela, poderemos entender o significado das diferentes práticas sociais e grupos sociais envolvidos na região em estudo, num espaço de exploração, desigualdade e resistência. Para tanto, houve maior ênfase ao capítulo denominado *A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*, por se tratar de capítulo que se refere à forma de resistência manifestada na Inglaterra onde os “pobres” mobilizaram-se rapidamente e partiram para a ação por meio da organização de insurreições ou motins, uma forma de resistência adotada pelos “pobres”, como protesto às injustiças sociais sofridas, o que nos possibilita organizar comparações com as resistências manifestadas na região em estudo.

O trabalho está dividido em dois capítulos: no primeiro capítulo, abordaremos a utilização e a quantidade de mão-de-obra, para que possamos entender as práticas econômicas e sociais que permearam o espaço delimitado, para tanto, utilizaremos os inventários *post-mortem*. No segundo capítulo, abordaremos as formas de resistência que, somente foram possíveis, pela análise dos processos criminais e cíveis e ainda da documentação existente no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – CPG.<sup>4</sup>

A escravidão, nos últimos anos, vem sendo objeto de estudos mais aprimorados na historiografia sulina. A utilização de fontes documentais diversas e novas abordagens têm possibilitado um enfoque para além do estudo tradicional da escravidão que se embasava apenas no sistema econômico. Estudos recentes sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, como os de Moreira<sup>5</sup> (2003), que vem trabalhando o espaço urbano, consideram as formas de resistência, o cotidiano, as relações entre senhores e cativos. Tendo em vista a relação, muitas vezes conflituosa, entre senhores e escravos, aconteceram atitudes de resistência à dominação senhorial, tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do território nacional.

Apesar de o contingente de escravos ser considerado menor no Rio Grande do Sul do que nas outras regiões do Brasil, a historiografia sulina vem demonstrando que as práticas de resistências também fizeram parte desta sociedade, sob diversas formas: fugas, formação de quilombos, assassinatos, entre outras.

---

<sup>4</sup> Destacamos os indícios transcritos pelo Pe. Sponchiado sobre um provável núcleo de resistência denominado Rincão da Cadeia nas quais o mesmo não faz referência de que fonte extraiu a informação, mas, no entanto, despertou-nos o interesse de ir em busca de mais informações sobre resistência na região em estudo. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – Caixa do Rincão do Santo Inácio.

<sup>5</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

## O TRABALHO ESCRAVO NOS CAMPOS DA SERRA GERAL

A presença do trabalho escravo vem sendo objeto de discussões na historiografia sulina, pois novos espaços são estudados com o intuito de termos informações que nos levem a entender o processo econômico e social do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Assim, é importante salientar que, no Rio Grande do Sul, existe uma composição geográfica diversificada nas inúmeras regiões, o que é resultado da ação do homem com a natureza e como essa determina a organização econômica e social da sociedade, havendo uma combinação de capital, de trabalho e ser humano. Milton Santos, geógrafo brasileiro, conceitua o Espaço como um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social (...).<sup>6</sup> Levando em consideração a definição do autor, analisamos a Região Central do Rio Grande do Sul, sobretudo, as imediações da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Consideramos que esse espaço passou por um processo de transformação, pois, por meio dos documentos analisados, nota-se que até o começo da imigração italiana, a região era, basicamente, composta por famílias luso-brasileiras que utilizavam mão-de-obra escrava. O processo econômico estava voltado para atividades mistas, como a pecuária e agricultura. Com a vinda dos imigrantes italianos para região supracitada, ocorreu, paulatinamente, uma modificação na estrutura econômica. Os colonos passaram a se expandir para além dos lotes coloniais (demarcados pelo Império ou pela província), adquirindo terras de particulares, dos luso-brasileiros. As atividades econômicas desenvolvidas por esses imigrantes estavam centradas na agricultura familiar e na pequena propriedade, onde inicialmente, a produção agrícola voltava-se para a subsistência e, logo após, a partir de um excedente para a comercialização<sup>7</sup>.

Nesse sentido, pela geografia crítica, poderemos buscar resgatar e relacionar o espaço geográfico com a natureza, o tempo e o seu trabalho. Os espaços serão definidos por meio dessa relação, na qual, a reprodução de capital definirá as relações sociais da região, bem como as forças produtivas e as relações de produção irão influenciar no desenvolvimento da economia da região, ou seja, na transformação da sociedade.

Um dos primeiros a trabalhar a economia escravista do Rio Grande do Sul foi Fernando Henrique Cardoso.<sup>8</sup> Sua abordagem desmistificou a visão idealizada do trabalho escravo. Visão essa que o considerava como mais brando que no restante do Brasil. Entretanto, o trabalho de Cardoso (1977) abrange espaços amplos, centralizando a sua pesquisa na análise das

<sup>6</sup> SILVEIRA, R. M. Região e História: Questão do Método. In SILVA, M. **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, p. 17-42, 1990.

<sup>7</sup> Sobre este processo, ver trabalho final de graduação de Alejandro Gimeno, *Nos arredores da Colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana*.

<sup>8</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

charqueadas, setor que dominaria a exploração do trabalho escravo.<sup>9</sup> Cardoso erra ao abordar a economia escravista não determinando a importância da participação efetiva do trabalho escravo para além das charqueadas, pois o que fariam os milhares de escravos que habitavam as outras regiões em que não existiam charqueadas? Nesse sentido, Santos (1997) comenta que, a cada momento histórico, as forças de trabalho são distribuídas de diferentes maneiras, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar uma especificidade e definição particular<sup>10</sup>.

Outro autor que merece ser mencionando é Maestri (1993) que afirma a participação dos escravos em todas as atividades agrárias no Rio Grande do Sul, mas em menor escala nas estâncias, pois segundo ele, a criação era uma atividade que não exigia o trabalho do homem escravizado e as atividades de pastoreio eram feitas a cavalo, o que poderia facilitar a fuga dos escravos, causando prejuízo ao senhor, e isso era considerado inviável, pois os escravos custavam caro. Várias são as evidências para que se constate o valor que representavam esses cativos: “*o escravo crioulo de nome Felício campeiro, custava 1.600\$000, um preço consideravelmente alto*”.<sup>11</sup>

Em estudos mais recentes, Zarth discute a presença da escravidão no planalto gaúcho e demonstra a admissão dos cativos em relação às atividades que desempenhavam nas estâncias, classificando-os em três categorias básicas: roceiros, campeiros e domésticos. Nessas, os primeiros eram lavradores, encarregados do abastecimento de produtos agrícolas para o pessoal da estância. Os campeiros eram encarregados do trabalho pastoril propriamente dito e eram considerados melhores qualitativamente. No caso dos escravos domésticos, predominavam as mulheres e tratavam dos serviços rotineiros ligados à casa.<sup>12</sup>

Na Região Central do Rio Grande do Sul, Luis Augusto Farinatti<sup>13</sup> também comprovou a existência de cativos tanto na produção pastoril quanto na lavoura de alimentos, durante a segunda metade do século XIX. Segundo Farinatti:

O trabalho escravo estava espalhado por diversas atividades no município de Santa Maria daBoca do Monte: nas tarefas domésticas, nas roças, no serviço da pecuária, nos serviços urbanos. As estâncias de criação de gado concentravam o maior

<sup>9</sup> CARDOSO, p. 70, 1977.

<sup>10</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª edição, São Paulo, editora HUCITEC, 1997.

<sup>11</sup> APERS, Inventário – Março 2, Nº 37, Ano 1859, Cartório Municipal de Júlio de Castilhos.

<sup>12</sup> ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 114, 2002

<sup>13</sup> FARINATTI, L. A. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880)**. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (dissertação de mestrado)

número de cativos, ainda que, comparativamente com as regiões charqueadoras, por exemplo, seus plantéis fossem muito pequenos.<sup>14</sup>

Por meio da pesquisa que realizamos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, localizamos alguns inventários de luso-brasileiros<sup>15</sup> que habitavam a região entre os anos de 1843 a 1871. Nela, procuramos identificar as formas de ocupação, o tamanho e tipo de propriedades, a prática econômica existente, e as formas de mão-de-obra empregadas na Região Central do Rio Grande do Sul. Os campos da região foram ocupados, primeiramente, na fase da colonização portuguesa, sendo caracterizados por grandes propriedades voltadas à criação, distribuídos sob a forma de sesmarias, visando a garantir a posse lusa no sul. No século XIX, o espaço encontrava-se com relativa ausência de ocupação portuguesa, havendo um pequeno grupo de luso-brasileiros dedicados à agricultura de subsistência e à criação de gado. A apropriação dessas terras deu-se, principalmente por meio de concessões de sesmarias, doadas a pessoas (dentre as quais, os militares ganham destaque) que pudessem explorá-las economicamente, caso dos irmãos Ten. Cel. João Gonçalves Padilha e Ten. José Maria Padilha que, em 1821, receberam, 3,5 sesmarias, adquiridas por concessão do Governo e outra por compra, para empregar os escravos que tinham.<sup>16</sup>

No entanto, devemos ter cuidado para não estender a imagem do grande estancieiro para todos os criadores e proprietários de campos no Rio Grande do Sul, pois, nas áreas de campo, na região analisada, encontramos também pequenos criadores com um número, relativamente pequeno, de escravos.

Para uma melhor compreensão do mencionado, analisaremos duas propriedades, inventariadas entre 1859 e 1861 de propriedade de João Gonçalves Padilha<sup>17</sup> José Joaquim Brisolla<sup>18</sup>. Ao analisarmos as duas propriedades, podemos deduzir que existe uma diversidade no universo pecuarista, pois na propriedade de João Gonçalves Padilha consta um número elevado de cabeças (2.090), e já na propriedade de José Joaquim Brisolla, percebemos que o número de cabeças gado é relativamente pequeno (235). É de suma importância salientarmos que o tamanho da propriedade de João Gonçalves Padilha era de 3 sesmarias, ou seja, cerca de 39.198 ha, enquanto que, para a propriedade de José Joaquim Brisolla, não podemos estabelecer o seu real tamanho, pois sobre ela não há informações.

<sup>14</sup> FARINATTI, p. 31, 1999.

<sup>15</sup> A identificação destes inventários partiu da localização de fontes transcritas pelo Pe. Sponchiado, que se encontram no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, como o Inventário da família Padilha, da família Mello Rego. Através da análise desses documentos, podemos identificar os outros inventários que utilizamos neste trabalho em virtude de fazerem divisas com as propriedades acima citadas.

<sup>16</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, p. 44, , 1996.

<sup>17</sup> APERS - **Inventário**. Cartório Municipal de Júlio de Castilhos. M. 02. Nº 37. Júlio de Castilhos.

<sup>18</sup> APERS - **Inventário**. Órfãos e Ausentes. M. 02. Nº 46. Júlio de Castilhos

Em relação à mão-de-obra empregada nas duas propriedades e, para quais atividades econômicas elas foram usadas, é perceptível que o número de escravos é superior na propriedade de João Gonçalves Padilha com cerca de 53 escravos em relação à propriedade de José Joaquim Brisolla que possuía 12 cativos. Entretanto, podemos observar que o número de roceiros, na propriedade de Brisolla, é considerável: 4 cativos, o que nos leva a crer que, nesta propriedade existe, além da pecuária, uma atividade voltada para agricultura visando a um provável excedente produtivo para a comercialização. Já em relação à propriedade de Padilha, o número de roceiros é pequeno, apenas 2 roceiros são mencionados. O que é de se considerar que ali também existe uma atividade voltada para agricultura, entretanto em menor escala, a qual estaria voltada para a subsistência da estância. Em relação aos escravos campeiros, nota-se que o percentual na propriedade de João Gonçalves Padilha é elevado, cerca de 8 cativos, o que nos permite considerar que a atividade pecuarista é, notavelmente superior, em relação à outra propriedade.

Outro dado importante que encontramos, nos inventários, é o número elevado de crianças escravas, considerando serem crianças com meses até 12 anos em ambas propriedades. Na propriedade de Padilha, são mencionadas 16 crianças e, na de Brisolla, 4 crianças, evidenciando a presença de famílias escravas nessas propriedades. Com o fim do tráfico negreiro em 1850, ocorre um aumento do preço dos cativos, tornando o acesso ao trabalho escravo difícil nas regiões que não têm acesso ao tráfico interprovincial. A partir disso, a saída encontrada pelos estancieiros era a reprodução dentro da estância. Porém, mencionamos que essa reprodução escrava já era anterior ao fim do tráfico negreiro, o que nos leva a crer que, após o fim do tráfico, tenha ocorrido um aumento da reprodução cativa.

Temos ainda duas propriedades inventariadas, em 1843, de Santos Martins Pinto<sup>19</sup> e, 1848, de Antônio de Mello Rego<sup>20</sup>, de épocas anteriores que nos ajudam a compreender que existiam propriedades de considerável tamanho e com presença de mão-de-obra escrava.

Os dados que encontramos, nesses inventários, demonstram que o universo pecuarista é, consideravelmente, de grande porte, pois o número de cabeças de gado, em ambas as propriedades, é elevado, ultrapassando 1.000 cabeças<sup>21</sup>. Na propriedade dos Martins, constam cerca de 3.539 cabeças e, na dos Mello Rego, 2.340 cabeças no seu total. Da propriedade de Santos Martins, não temos dados sobre o seu tamanho, enquanto, na propriedade

<sup>19</sup> APERS. *Inventário post-mortem de Santos Martins Pinto e Anacleto Maria dos Anjos*. Cachoeira, 1843. Nº 103, Março 6, Estante 52.

<sup>20</sup> APERS. *Inventário post-mortem de Antônio de Mello Rego e Julianna Maria de Mello*. Júlio de Castilhos. 1848. Nº 08. Março 01. E. 132.

<sup>21</sup> Segundo FARINATTI, “a maioria dos criadores possuíam entre 100 e 1.000 cabeças, caracterizando-se como médios e pequenos pecuaristas, mas, muitas vezes, sendo possuidores de grandes extensões de campos (mais de 1.000 ha)” (FARINATTI, 1999. p.59).

de Antonio de Mello Rego, a propriedade equivale a 2.6 sesmarias, ou seja, 35.000 ha.

Em relação à mão-de-obra empregada nas propriedades, percebe-se que o número de escravos em ambas as propriedades são consideráveis. Na propriedade de Santos Martins, havia cerca de 26 escravos e, na dos Mello Rego, 37 cativos. O número de crianças também nos chama a atenção, cerca de 7 crianças na propriedade dos Martins e 12 crianças na dos Mello Rego, o que nos leva a crer na constituição de famílias nessas propriedades. Em relação à atividade desempenhada pelos escravos, um número muito pequeno está voltado para a atividade pecuarista, e em relação aos roceiros não há identificação, nos inventários, sobre essa profissão. Entretanto, no inventário de Santos Martins, são mencionadas a presença de 7 enxadas usadas e 1 nova, o que é de se considerar que havia alguma atividade de plantio, provavelmente, agricultura de subsistência. E, no inventário de Antonio de Mello Rego, cita-se nos bens de raiz que existiam terras lavradas, o que também nos leva a crer que a atividade agrícola também estava presente nesta propriedade.

Tomemos ainda outro inventário de 1871, o qual podemos considerar como de um grande proprietário pecuarista, o estancieiro Francisco Ferreira de Castilhos, que possuía 50 escravos. No seu inventário, são computados 10.587 animais, sendo 5.991 cabeças de gado bovino, e o restante dos animais divididos entre éguas, burras, mulas, cavalos e ovelhas. Dos 50 escravos, 13 eram campeiros, 2 roceiros, 1 ferreiro, 1 alfaiate, 2 carpinteiros, 31 dividiam-se entre mulheres de serviço doméstico, crianças, velhos e doentes, sem indicação de função. Nesse inventário, o percentual de crianças é bastante considerável em relação ao total dos cativos, ou seja, cerca de 34% destes escravos eram crianças com menos de 12 anos.<sup>22</sup>

Ao analisarmos essas situações, podemos perceber a diversidade existente na produção econômica, tanto a pecuária quanto a agricultura constituíam este universo regional (ANEXO 1). No entanto, percebe-se que, desde a década de 40 até a década de 70, há um predomínio da atividade pecuarista.

Entretanto, no final da década de 70, com o incentivo à entrada de imigrantes italianos no Brasil, organizaram-se quatro colônias imperiais italianas no Rio Grande do Sul, sendo uma delas na região em que baseamos este estudo, a Quarta Colônia de Imigração Italiana Silveira Martins. A partir de então, ocorrem mudanças no sistema econômico e nos meios de produção.

Pelos dados que obtivemos, existiam proprietários de grandes extensões de terra, voltados para a criação extensiva com a utilização da mão-de-obra escrava. Já com a chegada dos imigrantes italianos, em 1878, essas características sofreram algumas diferenciações, como o tamanho da

<sup>22</sup> APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates de Castilhos. Júlio de Castilhos. 1871. Nº 2 M 01, Estante 132.

propriedade, a forma de aquisição e o tipo de cultura praticada e mão-de-obra utilizada.

Conforme Gimeno<sup>23</sup>, em seu trabalho sobre o comércio de terras na Região Central do Rio Grande do Sul, no período em estudo:

Com a comercialização das terras dos proprietários nacionais, uma nova estrutura fundiária começou a se instalar na região, transformava-se o extenso latifúndio de criação em inúmeros minifúndios de agricultura. No caso da propriedade da Família Martins Pinto isso fica claro quando observamos a venda, divisão em lotes e posterior revenda a colonos imigrantes.

Da chegada dos imigrantes italianos, em 1878, até a abolição da escravidão, em 1888, foram ainda 10 anos de exploração da mão-de-obra escrava. Apesar das dificuldades que esses imigrantes enfrentaram no início da colonização, algumas famílias poderiam ter adquirido alguns cativos, pois como foi apurado, em alguns inventários, o número de crianças escravas, no início da década de 70, era considerável, levando em consideração o percentual de certas propriedades. Essa evidência leva a acreditar que os imigrantes poderiam, ao adquirir a posse da terra pela compra, terem negociado no mesmo ato alguns cativos, pela necessidade de braços para a abertura de lavouras. Em futuras abordagens desta temática, podemos aprofundar essa questão.

Entretanto, na região, ainda continuaram resquícios da atividade pecuária, como observamos nos inventários *post-mortem* de José Pinto de Oliveira Ribas<sup>24</sup>, de 1916 e de sua irmã Hermegilda Ribas<sup>25</sup>, casada com Elesbão Ribas, de 1910. Esses irmãos são descendentes de José Padilha, filhos de Zeferina Padilha e José Pinto de Oliveira Ribas que, no início do século XX, ainda possuem terras nesta região, fruto de herança e a atividade pecuarista ainda é presente nas propriedades, com um número, entre 1353 e 2319 cabeças de gado vacum, respectivamente.

Portanto, ao analisar os inventários *post-mortem*, notamos a presença regular de escravos nos grandes e pequenos estabelecimentos que constituíam uma parte da Região Central do Rio Grande do Sul, revelando que a escravidão foi uma forma de trabalho compulsório largamente utilizada em todas as atividades, seja na pecuária seja na agricultura.

---

<sup>23</sup> GIMENO, p. 13, 2000.

<sup>24</sup> APERS, Inventário post-mortem de José Pinto de Oliveira Ribas e Amélia Moreira Ribas. Júlio de Castilhos. Ano 1916. Nº 46, M 2, E 133.

<sup>25</sup> APERS, Inventário post-mortem de Hermenegilda Ribas e Elesbão Ribas. Júlio de Castilhos. Ano 1910. Nº 40, M 2, E 133.

## A RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS SOMBRAS DA SERRA GERAL

O Rio Grande do Sul não chegou a ser um dos grandes pólos escravistas do país, entretanto, até a abolição permaneceu tendo como base a mão-de-obra escrava, que foi um pilar para a sustentação da produção na sociedade, tanto nas charqueadas quanto nas estâncias e em áreas de atividades mistas, como a que estamos tratando. No Rio Grande do Sul e em todo o país, sob variadas formas, os escravos reagiram contra as situações desumanas impostas por seus senhores. Entre as formas de resistência, podemos mencionar os suicídios, o justicamento, as insurreições, as fugas, formação de quilombos, entre outras.

Na Região Rentral do Rio Grande do Sul, os escravos reagiram às explorações a que eram submetidos. Buscaremos identificar as formas de resistência existentes nesse local, por meio da análise de processos crimes e cíveis e ainda da documentação existente no centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, como transcrições de inventários *post-mortem*, depoimentos, fotos de descendentes de escravos que lá estão organizadas em *caixas*.

Entre os séculos XVII e XIX, inúmeras insurreições são registradas no contexto histórico brasileiro, sendo essas, na maioria das vezes, reprimidas. A insurreição era umas das principais formas de luta social da sociedade capitalista contra a ordem instituída pelo governo imperial. No entanto, existia uma série de barreiras que impediam os escravos de organizarem esses levantes: os negros que viviam, no território nacional brasileiro, eram etnicamente, culturalmente e socialmente heterogêneos.

A fim de obtermos um melhor embasamento teórico, relacionaremos as insurreições ocorridas no Rio Grande do Sul com as insurreições abordadas por Thompson na Inglaterra. Para tanto, fazem-se necessárias algumas considerações acerca das distinções entre os contextos históricos que impulsionam ambas as análises. A agricultura, na Inglaterra, estava em pleno desenvolvimento, o que fez baixar o preço dos produtos, principalmente, o trigo, que servia como base de sustentação alimentar dos trabalhadores pobres. No entanto, o que ocorreu foi o inverso, a partir do confronto do universo rural com a economia de mercado, houve um aumento da demanda, que interferiu no acesso da população à produção do cereal. O preço do pão subiu, os “pobres” então se mobilizaram rapidamente e partiram para a ação pela da organização de insurreições ou motins, o que Thompson chamou de *economia moral da multidão*<sup>26</sup>.

No Rio Grande do Sul, aconteceram insurreições. A última delas, provavelmente, ocorreu em fins de 1887, período em que a campanha abolicionista estava no auge, “nas charqueadas de Júnior Cássio de Almeida,

<sup>26</sup> THOMPSON. E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. P. 153-169, 1998.

em Pelotas. O movimento terminou com a vitória parcial dos trabalhadores negros que alcançaram a liberdade, sob a condição de trabalharem, ainda por alguns anos, nas charqueadas”.<sup>27</sup> Percebemos que esse setor estava mergulhado na complexidade das estruturas sociais e passou a lutar com o objetivo de alcançar sua liberdade.

Apesar de não terem alcançado total liberdade, esses escravos mostraram que era possível a organização de insurreições, a despeito de sua heterogeneidade étnica e cultural. Da mesma forma se alcançou “a liberdade mesmo que restrita”.

Tanto na *sociedade* inglesa quanto na *sociedade escravocrata* brasileira, percebemos que os movimentos de ação coletiva dos assalariados/escravos demonstraram que os povos não foram pacíficos e nem passivos, mas que, de certa forma, reivindicaram a possibilidade de uma vida melhor, com a diminuição da exploração e melhores condições de sobrevivência.

Cabe aqui fazermos uma distinção entre um caso e o outro. Essa forma de resistência, a insurreição, abordada por Thompson, na Inglaterra no século XVIII, estava concentrada em uma área rural, num momento em que as estruturas econômicas estavam em transformação. Iniciava-se um processo de avanço de uma sociedade pré-capitalista para uma sociedade capitalista (industrialização), na qual, os movimentos sociais estavam relacionados à mudança, pois esse processo atingia, diretamente, a população, que teve que lutar e reivindicar melhores condições de vida e a diminuição da exploração. Na sociedade escravocrata brasileira, no século XIX, este processo de transformação econômica não havia ocorrido, permanecia uma sociedade pré-capitalista, com mão-de-obra escrava, na qual, esses escravos passaram a lutar contra as situações desumanas a que eram submetidos.

Cabe ressaltarmos que, durante a segunda metade do século XIX, mais especificamente, em 1850, ocorreram fatos que estimulavam os escravos a resistirem e lutarem pela liberdade, como o fim do tráfico negreiro e ainda o processo de legitimação de terras, a Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras de 1850, no território brasileiro, foi considerada um meio de impedir ou dificultar o acesso à terra por parte da população pobre, incluídos os ex-escravos, e ainda, principalmente, os imigrantes que deveriam vir ao Brasil como substitutos dos escravos africanos. Com o fim do tráfico negreiro, sobre o preço dos cativos, o que dificulta a sua compra pelos senhores. Nesse sentido, os escravos poderiam ter a oportunidade de resistir às situações desumanas a que foram submetidos.

Na Região Central do Rio Grande do Sul, como no restante do Estado, ocorreram formas de resistências, nas quais, por meio dos dados que coletamos, podemos observar que, entre os anos de 50 e 60, apresentaram-se sob várias de modalidades como: fugas, formação de quilombos, assassinato

<sup>27</sup> MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade. P. 75, 1993.

do senhor e que tiveram considerável relevância como atesta a presença, na região, da figura do Capitão do mato e da ocorrência de castigos físicos contra os cativos insubordinados.

“a palavra quilombo, na verdade, passou a significar acampamento de qualquer grupo de foras da lei, contudo, o termo foi usado, principalmente, para designar comunidades de negros fugidos tornando-se símbolo de resistência escrava no Brasil e, em épocas mais atuais, de um movimento pela igualdade para os negros neste país”.<sup>28</sup>

O quilombo aparecia em qualquer lugar que houvesse escravidão e surpreendia pela capacidade de organização e pela resistência oferecida. As comunidades de escravos fugidos constituíram significativa forma de luta social.

No Rio Grande do Sul, também se formaram quilombos por múltiplas causas como: *“a distância e a dificuldade de alcançar a fronteira, a ignorância dos fujões e o controle senhorial dos caminhos; a pouca vontade de trabalhar; o apego à terra”*.<sup>29</sup> Os escravos procuravam estabelecer essas comunidades quilombolas em serras despovoadas, em florestas agrestes, em ilhas isoladas, no meio de banhados, características presentes do espaço territorial do Rio Grande do Sul. E, sendo essas áreas de difícil acesso, a “caça” aos fugitivos se tornava complicada, dando assim condições a uma futura “liberdade”.

Temos informações que, na Região Central do Rio Grande do Sul, mais especificamente, nas imediações de Santa Maria da Boca do Monte, também existiram comunidades de quilombolas.

“Contava-me ele [seu avô] que nos matos que rodeavam Santa Maria havia “maloca” de ladrões, de onde saíam bandos que repentinamente atacavam as casas: depois de saqueá-las [...]. Lembro-me agora que, ao fazer um passeio com meu Avô ao Pinhal, ele apontou-me umas grotas profundas na margem da Picada, dizendo: - Ali era o Quilombo dos caiambolas [sic], - nome dado aos escravos fugidos malfeitores”.<sup>30</sup>

O pesquisador de genealogia italiana no sul do Brasil, Sponchiado, indica povoações típicas de quilombolas, como o Rincão da Cadeia em Nova Palma. Não podemos afirmar a veracidade do Rincão da Cadeia – hoje

<sup>28</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUS, p. 249, 2001.

<sup>29</sup> MAESTRI, Mário. **Deus é Grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS**. Passo Fundo: UPF, p. 37, 2002.

<sup>30</sup> DAUDT F°. Apud. Maestri, p. 42, 2002.

Rincão do Santo Inácio, devido à falta de documentação, entretanto temos informações<sup>31</sup> que, nas imediações das grandes fazendas Mello e Padilha, à beira dos matos teriam se escondido negros fugidos desses fazendeiros. Eram matos de difícil acesso, próximos aos rios, por isso, a probabilidade desses “fujões” organizarem grupos, nesta região, torna-se possível, o que nos levaria a acreditar que um pequeno quilombo poderia aí ter sido formado. Assim, o espaço denominado Rincão da Cadeia ou Rincão do Santo Inácio abre a possibilidade de ser uma área de remanescente de quilombo, pois atualmente, é composta por negros de descendência de escravos. Nesse, o caso mais conhecido é o da descendente de escravo, Dona Izabel Rafaela Pinto, cuja família era escrava de Elesbão Pinto Ribas e, no local, vivem atualmente, seus descendentes<sup>32</sup>.

Outro caso que temos conhecimento é o quilombo do preto Joaquim, de 30 anos que se achava recolhido na vila de Cachoeira. Era escravo de José Pedro de Moraes que há dois anos ou mais havia fugido de seu senhor e teria se refugiado nas matas quebradas da chácara de Francisco da Silva Moura. Nesse quilombo, a economia baseava-se no roubo e a vítima era Francisco. O roubo de vacas, bois, gêneros frutíferos e ervais são mencionados no processo. Além disso, havia uma organização nesta pequena comunidade, como ranchos de beira de chão, cobertos de macega e pequenas roças plantadas com milho, feijão e ainda algumas por queimar.<sup>33</sup> Então se percebe que, nessa pequena organização, existia uma forma de produção que visava à subsistência dos moradores do local, o que nos leva a considerar o roubo como uma forma de punição ao proprietário Francisco.

Comparando com o trabalho do pesquisador Thompson, na sociedade inglesa, o roubo está inserido na forma de resistência adotada pelos “pobres”, como forma de protesto às injustiças sociais sofridas por esses grupos. Segundo Thompson, as pessoas poderiam estar morrendo de fome, mas ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar alimentos, mas para punir os proprietários. Concordamos com essa afirmação e consideramos que a forma de protesto dos escravos quilombolas relatada também poderia ir além do simples ato de roubar. Este (o roubo) seria uma das formas de resistência, enquanto que outros tipos de resistência poderiam constituir uma realidade mais complexa, caminhos de protesto cuja finalidade seria punir os senhores.

Para localizar esses tipos de comunidades quilombolas, os senhores contratavam capitães-de-mato que vasculhavam as matas, procurando os fujões que ali se escondiam. Os quilombos eram considerados núcleos de resistência, contra os quais agia o Capitão-do-Mato que surge como um instrumento de repressão. Nesse sentido, temos informações sobre o caso

<sup>31</sup> Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – Caixa do Rincão do Santo Inácio

<sup>32</sup> Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – Caixa do Rincão do Santo Inácio

<sup>33</sup> APERS – **Processo Cível e Crime** – Março 77, N 2470, Cachoeira, 1860.

do capitão do mato Manoel Vicente de Carvalho, que capturou os pretos José, Antonio e Maria, esta escrava era de Elesbão Candido de Carvalho e aqueles de João Antonio Dias, os quais existindo um quilombo na Serra Geral, foram capturados pelo dito capitão do mato. Ainda encontrava-se no quilombo o preto Caetano escravo de Francisco José da Silva Moura, que teria fugido após ter assassinato a preta Antonia, escrava de Agostinho Ilha.<sup>34</sup>

É preciso considerar que, apesar do quilombo representar uma forma coletiva de resistência ao escravismo, há, também, casos mais individualizados de resistência que envolviam poucos ou somente um escravo. Desses, muitos originaram posteriores agrupamentos, mas outros não chegaram a constituir comunidades. Apesar disso, a classificação entre resistência individual ou coletiva, para se pensar a escravidão, é digna de discussão. Dentre os casos de resistência individual, o fato envolvendo o cativo Lourenço na defesa da escrava Joaquina que, segundo testemunhas, era sua concubina, demonstra, minimamente, uma cumplicidade entre dois indivíduos.

“(…) ao despontar do dia Anastácio Luis Pires, morador no topo da Areia querendo castigar uma sua escrava de nome Joaquina por faltas domésticas, aconteceu que nesta ocasião em que punha em praticar esse castigo, apareceu o escravo de Francisco da Silva Lemos de nome Lourenço a querer impedir que o dito Anastácio fizesse o castigo prometido a sua escrava, obrigando-o em sua defesa a usar dos meios que naquele lugar podia ter, ferindo-o com uma faca que tinha, então se vendo o dito preto ferido o deixando fugir para o mato. (...)”<sup>35</sup>

De acordo com o texto, percebemos que as formas de resistências manifestavam-se, representavam tanto a organização coletiva, fruto do descontentamento geral quanto casos mais individuais ou de pequenos grupos, representando o repúdio às formas de coerção que atingiam somente um ou alguns poucos escravos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os campos da Região Central do Rio Grande do Sul foram ocupados, primeiramente, na fase da colonização portuguesa. Caracterizando-se por grandes propriedades voltadas à criação, distribuídas sob a forma de sesmarias, visando a garantir a posse lusa no sul. No século XIX, o espaço

<sup>34</sup> APERS – Processo Cível e Crime - Março 3, Nº 2931, Cachoeira, 1847.

<sup>35</sup> APERS – Processo Cível e Crime - Março 3, Nº 2953, Cachoeira, 1850.

encontrava-se com relativa ausência de ocupação portuguesa, havendo um pequeno grupo de luso-brasileiros dedicados à agricultura de subsistência e à criação de gado. Por meio da análise da documentação consultada, ao desvelar o aspecto do escravismo na Região Central do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, podemos identificar que o contingente de escravos que ocupou este espaço era considerável. Em algumas das propriedades dos luso-brasileiros, as atividades econômicas desempenhadas pelos escravos eram mistas, tanto na agricultura, numa menor escala, quanto na pecuária.

O número elevado de crianças escravas também é outro dado importante, pois nos permite deduzir que houve a formação de famílias, melhor modo de obtenção de mão-de-obra, após o fim do tráfico de escravos, no ano de 1850.

Inferimos do mesmo modo que o escravo não foi submisso nem acomodado e que, dentro dos limites impostos pelo sistema escravista, o cativo reagiu, afirmou-se como ser humano e revertem, de certo modo, a condição humilhante imposta, levando medo e pavor aos seus senhores.

É importante salientar que, em futuros estudos sobre a temática, poderemos aprofundar o trabalho com análise as relações estabelecidas entre os imigrantes italianos e o contingente escravo ainda presente na região, relacionando-as à utilização da mão-de-obra escrava. Além desse enfoque, uma temática promissora a ser explorada pode ser ainda a questão da constituição de famílias escravas na Região Central do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARINATTI, L. A. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem:** os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880). Porto Alegre: PUCRS.. [dissertação de mestrado], 1999.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **Nos arredores da Colônia:** os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana. Santa Maria: UNIFRA. [Trabalho final de graduação], 2003.

GOENDER, Jacob. . **Escravidão reabilitada.** Editora Ática: São Paulo 1991.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho:** resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS.** Passo Fundo: UPF, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano.** Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2ª ed. São Paulo: editora HUCITEC, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os Tempos e os territórios da colonização Italiana.** Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUS, 2001.

SILVEIRA, R. M. Região e História: Questão do Método. In SILVA, M. **República em migalhas.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia:** Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma - CPG

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

APERS, **Inventário.** Cartório Municipal de Júlio de Castilhos. Maço 02, Maço 01.

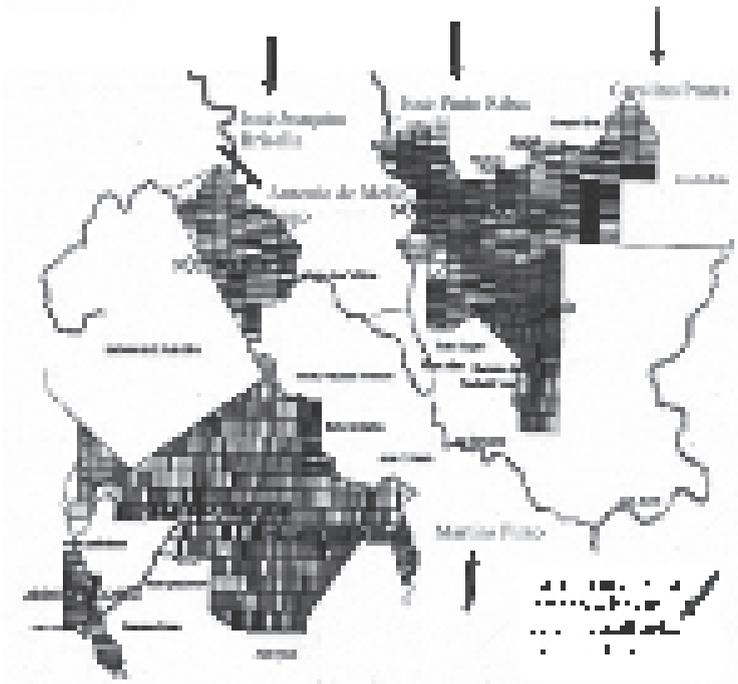
APERS, **Inventário.** Cachoeira. Maço 06

APERS – **Processo Crime e Cível** - Júlio de Castilhos. Maço

APERS – **Processo Cível e Crime** – Cachoeira. Maço 76, Maço 77, Maço 3.

APERS - **Processos Crimes e Cíveis.** Santa Maria da Boca do Monte. Maço 25.

**ANEXO 1:**



Fonte: SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: Edições EST. Contracapa. Adaptado, 2003.